

## **ACORDO JUDICIAL**

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000027-1

Ação Civil Pública nº 5033900-54.2021.8.24.0018

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **ITACIR VIDOR**, brasileiro, agricultor, casado, portador do RG nº 4.043.720, inscrito no CPF nº 035.425.249-64, com residência na linha Palmeira, interior de Caxambu do Sul, telefone 49 9 9969-4889, e **LEO LUIZ DALMAGRO**, brasileiro, inscrito no CPF nº 162.617.989-15, com residência na rua Duque de Caxias, 78, Centro de Caxambu do Sul, telefone 49 9 9927-6177, doravante denominados *compromissários*,

**CONSIDERANDO** que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";

**CONSIDERANDO** que o princípio reitor do direito ambiental é o

da preservação, como se lê do art. 225 da Constituição da República, que impõe ao Poder Público a obrigação de "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas" e "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies";

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade civil, no âmbito ambiental, por danos causados ao mencionado bem difuso é objetiva, consoante as disposições do artigo 225, § 3º, da Constituição Pátria, e artigo 14, §1º, da Lei n. 6.938/1981: "independentemente da existência de culpa, o poluidor, ainda que indireto (art. 3º da Lei n. 6.938/1981), é obrigado a indenizar e reparar o dano causado ao meio ambiente;

**CONSIDERANDO** que a respeito do nexo causal no dano ambiental, o Superior Tribunal de Justiça já enfrentou a matéria e decidiu que "Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem [...] (REsp 650.728/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2007, DJe 02/12/2009);

**CONSIDERANDO** o dever legal do proprietário ou possuidor de recuperar as áreas de vegetação suprimidas ou ocupadas sem autorização do órgão ambiental competente, visto o caráter preventivo, retributivo e curativo do princípio da responsabilidade civil ambiental, denominado "poluidor-pagador";

**CONSIDERANDO** que a função social da propriedade só é considerada atendida quando utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva o meio ambiente (art. 186, II, CF) e até mesmo a ordem econômica deve obedecer aos princípios da "defesa do meio ambiente" (art. 170, VI, CF);

**CONSIDERANDO** o teor da Súmula 623 do STJ a qual estabelece que as obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do

credor;

**CONSIDERANDO** que a Polícia Militar Ambiental identificou a supressão irregular, cerca de 3,3 hectares, de vegetação secundária nativa do bioma Mata Atlântica, em estágio médio de regeneração, nos imóveis das matrículas imobiliárias 16.102 e 16.099;

**CONSIDERANDO** que os imóveis eram de propriedade de Leo Luiz Dalmagro até março de 2021, quando ocorreu a venda para Itacir Vidor; e que ambos procederam a supressão da vegetação;

**CONSIDERANDO** que na Ação Civil Pública nº 5033900-54.2021.8.24.0018 - ajuizada pelo Ministério Público objetivando a reparação civil dos danos - foi proferida sentença condenando Leo e Itacir a reparar a área degradada, mediante a execução de PRAD;

**CONSIDERANDO** que os compromissários manifestaram interesse na formalização de acordo, visando a reparação do dano ambiental, todavia, em áreas diferentes das originariamente suprimidas, mas no mesmo imóvel;

**RESOLVEM** celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

## **DO OBJETO**

**Cláusula 1ª** - O presente acordo tem por objeto a supressão irregular de 3,3 hectares de vegetação do bioma Mata Atlântica dos imóveis rurais de matrículas 16.102 e 16.099, localizados na linha Palmeira, interior de Caxambu do Sul;

**Parágrafo único** – Objetiva-se com este acordo a reparação dos danos ambientais, mediante a execução de projeto de recuperação da área degradada.

## DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPRIMISSIONÁRIOS

**Cláusula 2ª** - Os compromissários comprometem-se a comprovar ao Ministério Público, no prazo de 90 dias, a aprovação de projeto de recuperação da área degradada perante o Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina;

**Parágrafo primeiro** – O plantio da vegetação será executado, conforme croqui abaixo: área de 4 hectares destacada nos polígonos azuis;



**Parágrafo segundo** – Não será aceita compensação em área verde ou em APP, que pela natureza já devem estar preservadas;

**Parágrafo terceiro** - Os prazos de execução previsto no projeto de recuperação de área degradada deverão ser respeitados.

**Cláusula 3ª** - Os compromissários comprometem-se a apresentar ao Ministério Público relatórios semestrais sobre a evolução da regeneração da área;

**Cláusula 4ª** - Os compromissários assumem a obrigação de não realizar novas intervenções nas áreas objeto deste acordo sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes;

### **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 5ª** - Incidirão os compromissários em multa de R\$ 50.000,00 por ocorrência, em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste acordo;

**Cláusula 6ª** - Em caso de descumprimento dos prazos previstos neste acordo, incidirão os compromissários em multa de R\$ 500, por dia;

**Cláusula 7ª** - As multas eventualmente aplicadas serão revertidas em favor do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados;

**Parágrafo único** – O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de cumprir as obrigações assumidas;

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 8ª** - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra a compromissária, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

**Cláusula 9ª** - O Ministério Público apresentará este acordo ao Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Chapecó, nos autos da Ação Civil Pública nº 5033900-54.2021.8.24.0018, requerendo a homologação e a

extinção do feito;

Chapecó, 13 de setembro de 2022

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Itacir Vidor  
**Compromissário**

Leo Luiz Dalmagro  
**Compromissário**

Renato Marcante Mendes Júnior  
**OAB/SC 58.560**